



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

MARIANA LIMA MONTEIRO

LEI DE ANISTIA E TORTURA: PASSADO E PRESENTE

Brasília
2012

MARIANA LIMA MONTEIRO

LEI DE ANISTIA E TORTURA: PASSADO E PRESENTE

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Novas Tendências de Direito Público.

Orientador: Prof. Marcus Vinícius Reis Bastos.

Brasília
2012

MARIANA LIMA MONTEIRO

LEI DE ANISTIA E TORTURA: PASSADO E PRESENTE

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Novas Tendências de Direito Público.

Orientador: Prof. Marcus Vinícius Reis Bastos.

Brasília, ____ de _____ de 2012.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Nome completo

Prof. Dr. Nome completo

**Dedico este trabalho monográfico a todos os
torturados, sequestrados, assassinados e suas
famílias ao tempo da ditadura militar, que representam
um passado que o povo brasileiro rejeita.**

**Quando não defendemos nossos direitos perdemos a
dignidade e a dignidade não se negocia.
Autor Desconhecido.**

RESUMO

Resulta a pesquisa na análise histórica, normativa e jurisprudencial do instituto anistia e da tortura cometida ao tempo da ditadura militar. O trabalho realiza um recorte histórico dos Atos Institucionais que praticamente trouxeram os crimes cometidos pelos militares como legais em nome da segurança nacional, sob o pretexto de reprimir atividades subversivas desempenhadas pela resistência. Procedeu-se, ademais, ao exame votos dos ministros do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153, a fim de se determinar o sentido emprestado pela Suprema Corte à legislação unificadora da anistia pelo Tribunal. E o objetivo do trabalho, se vale, por meio do recorte histórico, pela lei de anistia, da tortura e da jurisprudência citada, pôde-se entender que nos dias de hoje, no Brasil, não há possibilidade de julgamento interno de crimes cometidos à época da ditadura militar. Somente resta a possibilidade de o crime ser julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Tortura. Ditadura militar. Anistia. Tratados internacionais. Convenção Interamericana de Direitos Humanos. História.

ABSTRACT

It follows research on historical analysis, case law and legislation to institute amnesty and torture committed at the time of the military dictatorship. The work carries a historical view of the institutional acts that practically brought the crimes committed by the military as legal in the name of national security, under the pretext of suppressing subversive activities carried out by the resistance. Proceeded moreover to take vows of ministers of the Supreme Court judgment in the petition for Fundamental Precept number 153 in order to determine the direction borrowed by the Supreme Court to amnesty law by unifying the Court. The objective of the work, whether it through the historical period, the amnesty law, torture, and cases cited, one could understand that today, in Brazil, there is no possibility of internal judgment of crimes committed at the time the military dictatorship. Only remains the possibility that the crime be tried by the Interamerican Court of Human Rights.

Key words: Torture. Military Dictatorship. Amnesty. International Treaties. American Convencion on Human Rights. History.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1 RECORTE DA HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR, ANISTIA E AS VISÕES CONTEMPORÂNEAS	10
1.1 O recorte da história brasileira, com o que instigou o governo militar e suas consequências	11
1.2 Anistia	17
1.2.1 <i>Crítica à anistia e seus reflexos contemporâneos</i>	19
2 TORTURA	22
2.1 As Leis de Anistia, julgamentos da Corte Interamericana e justiça de transição	25
3. ANÁLISE CRÍTICA DA ADPF 153	36
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXO A – Lei de Anistia, 6.683/1979	52

INTRODUÇÃO

As leis de tortura e de anistia foram editadas em tempo diferentes, seus conteúdos não são complementares, mas pelos fatos ao tempo ditatorial no Brasil representam uma conexão que foi inclusive discutida na Arguição de Preceito Fundamental número 153, se a lei de anistia alcançaria os crimes comuns.

A abordagem social do tema é de grande relevância, porque se pode revelar o comparativo dos acontecimentos e relatos cronológicos dos fatos, da ditadura militar. E assim trazendo aos dias de hoje a demonstração das consequências.

A pesquisa se centraliza em um estudo dogmático e de análise crítica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em especial à ADPF 153.

Em meio à ditadura militar, comparando o Brasil na fase histórica e como responderam, no plano jurídico, a uma das maiores feridas da história deste país, a tortura, que foi jogada no rosto da população, para que com medo fosse reprimida de resistir a imposições do Estado e seus ditadores militares.

Dentro deste comparativo serão estabelecidas várias discussões que influenciam o tema da tortura e a consequente anistia, delimitando a abordagem escolhida a respeito do tema que pode ser explorado de inúmeras maneiras.

Com este pensamento, pode-se entender que serão utilizadas várias fontes diferenciadas, como a opinião de historiadores, de juristas, doutrinadores e formadores de opinião, por meio de decisão judicial a respeito do assunto proposto e textos científicos.

A pesquisa se mostra dividida em três visões sobre a tortura, na história do Brasil, onde mais influenciou os dias de hoje inclusive com atos normativos ao longo da época mais violenta da ditadura militar. E a respeito do julgamento da validade da lei de anistia no momento presente, revogando ou não os crimes comuns.

No primeiro capítulo se apresenta um recorte histórico da ditadura militar ao tempo dos atos institucionais, demonstrando a importância ao longo dos acontecimentos e ao que levou, com a criação da lei de anistia dos crimes cometidos ao tempo mais obscuro da ditadura militar.

Na continuidade do texto explora-se a crítica à lei de anistia e seus reflexos contemporâneos, onde se demonstra haver ligação entre os acontecimentos do passado aos comportamentos dos que hoje persistem no poder.

Na segunda perspectiva demonstra-se a incidência da tortura que ao tempo da ditadura militar não era criminalizada no Brasil. Que na época resultou na livre utilização destes meios pelos agentes da segurança pública para reprimir as organizações ou movimentos contra os militares no poder.

No segundo capítulo, referem-se julgamentos de leis de anistia de outros países na Corte Interamericana de Direitos Humanos em semelhantes às verificadas no período da ditadura no Brasil. Aborda-se, em seguida, mediante a exposição da opinião de estudiosos de várias áreas, a forma como se ministrou a justiça em período de transição, após significativo período de exceção.

O terceiro capítulo expõe a análise crítica da Arguição de Preceito Fundamental número 153, julgada pelo Supremo Tribunal Federal, em que se discute a validade da anistia posta a crimes políticos e comuns e ainda de seus crimes conexos.

1 RECORTE DA HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR, ANISTIA E AS VISÕES CONTEMPORÂNEAS.

Em análise a respeito da história, entendimentos e julgamentos, podem-se extrair informações importantes e de grande valia a pesquisa. Neste estudo de direito brasileiro, com a delimitação aos tempos da ditadura militar e no comportamento da soberania a respeito de sua relativização e predominância governamental de centralização do poder.

O demonstrativo de vários parâmetros e visões esclarece de forma interessante como foi explorado o assunto no passado e os posicionamentos atuais de quem viveu e passou pelos entraves da época.

Os objetivos deste trabalho partem de uma análise histórica do período ditatorial brasileiro, suas influências no legislativo e reflexos no sistema jurídico brasileiro da época. E o paralelo com o presente, demonstrado pela manifestação do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental número 153.

O período de governos militares, no Brasil se inicia no ano de 1964 com o afastamento de João Goulart e provisoriamente assumido por Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados e, em definitivo, pelo Marechal Castelo Branco e totalizando cinco presidentes no período do governo militar que se encerra no ano de 1985 com a eleição civil de Tancredo Neves (FAUSTO, 2009, p.466).

Em análise a este período, a nação brasileira passou por diversas complicações no comportamento social, restrições de liberdades, crimes cometidos sem julgamento, e governadores sem pudor de abusar de seus poderes em benefício de poucos, ou para o ganho dos militares autoritários.

Muito se passou neste tempo ditatorial. No Brasil mais de vinte anos de sofrimento e coação em vários ramos do governo, mas não há como quantificar o quão retrógrado este período histórico foi, em vários aspectos, para o desenvolvimento estatal. Somente os que realmente viveram nestes tempos podem saber como aconteceu e o que sofreram.

Porém o reavivamento destas memórias tem por escopo, não permitir seu esquecimento e possibilitar sua constante reflexão, concretamente a respeito de uma das épocas de pouco crescimento ao país, por conta da preocupação estatal e militar centralizar-se na segurança nacional. Em que pese importante grifar, que

desde o início do movimento oposicionista, sempre foi oprimido, pela organização de controle governamental (ALVES, 2005, p. 166-167).

A organização militar autoritária foi manipulada para seu benefício, os detentores do poder, à época sempre negavam esta arbitrariedade. Mas que na análise dos fatos e atos emitidos pelo governo transparecia com veemência a censura, o controle das atitudes, a proibição de reuniões e qualquer tipo de organização, o enfraquecimento de instituições dos poderes legislativo e judiciário para que o executivo sobressaísse na falta de controle e tomasse para si prerrogativas dos outros poderes.

Uma das características do regime implantado em 1964 foi o de não ser uma ditadura pessoal. Poderíamos compará-lo a um condomínio em que um dos chefes militares – general de quatro estrelas – era escolhido para governar o país com prazo definido. A sucessão presidencial se realizava, de fato, no interior da corporação militar, com audiência maior ou menor da tropa, conforme o caso, e decisão final do Alto Comando das Forças Armadas. Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena. Mas o Congresso, descontentados os votos da oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima (FAUSTO, 2009, p.475).

A demonstração de uma análise histórica se faz importante em vários aspectos, situando no tempo e espaço o que será tratado. Daniel Aarão Reis descreve neste sentido: “Quanto à memória, sabendo todos da necessidade de contextualizá-la, de cotejá-la, de criticá-la, por sabê-la inexoravelmente seletiva e tendencialmente unilateral. O que importa não é propriamente a correspondência entre ela e o processo histórico, mas a lógica e a consistência interna da versão de cada depoente. Por fantasioso e ilusório que seja, e nem sempre é fácil distinguir a fantasia e a ilusão, sempre guarda um valor em si mesmo, tornando-se um documento.” (REIS, 2010, p. 172).

1.1 O recorte da história brasileira, com o que instigou o governo militar e suas consequências.

As tentativas frustradas de planos econômicos, os descontrolados índices de inflação, os índices de crescimento em declínio e a falta de cooperação dos ministérios com constantes afastamentos de ministros, levou a organizações sociais e a própria população brasileira a se decepcionar com a forma de governo de João

Goulart. Resultando no apoio ao golpe militar que prometia a resolução de muitos dos problemas, inclusive contra a corrupção e o comunismo.

O movimento inicial de restabelecimento militar das instituições públicas se aproveitou da fraqueza do Presidente da República e contínuas demonstrações suspeitas de conhecer indivíduos que faziam parte do movimento comunista, o que não deixou de ser uma grande oportunidade da frente militar de tomar o poder.

O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções” (FAUSTO, 2009, p.465).

À época os atos institucionais foram o meio que os militares encontraram para manipular o sistema democrático, culpando a oposição e as sucessivas crises financeiras, políticas, inclusive de identidade da nação, restando como remédio os atos impostos para a manutenção da segurança nacional.

Ao se analisar o papel das Forças Armadas no processo político brasileiro, deve-se levar em consideração duas fases: a primeira, antes de 1964, quando os militares intervinham na política, restabeleciam a ordem institucional, passavam a condução do Estado aos civis e retornavam aos quartéis, exercendo a função arbitral-tutelar; a segunda, depois de 1964, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (instrumentalizada pela Escola Superior de Guerra), quando os militares, após o golpe, assumem o papel de condutores dos negócios do Estado, afastando os civis dos núcleos de participação e decisão política, transformando-se em verdadeiros atores políticos, com os civis passando a meros coadjuvantes no sentido de dar ao regime uma fachada de democracia e legitimidade (BORGES, 2003, p. 16).

Para correntes de cientistas políticos pode-se entender que a ditadura militar pós 1964 apresentou característica contraditórias de: durabilidade e mutabilidade. “O duradouro tem sido a permanência no poder da coalizão que, desde 64, assumiu o controle do Estado. O mutável tem sido a forma assumida pelo Estado, vale dizer, o regime propriamente dito, ou seja, ora endurecendo, ora progredindo em direção à abertura política. À primeira vista essas características podem levar a uma compreensão contraditória do regime, mas, na verdade, a mutabilidade viabiliza a manutenção do poder pelos militares” (CRUZ; MARTINS, 1983 apud BORGES, 2003, P.21).

As medidas do AI-1 tinham por finalidade reforçar o Poder Executivo e reduzir o campo de ação do Congresso. Como no caso do Presidente da República enviar projeto de lei ao Congresso para apreciação no prazo de

trinta dias na Câmara e no Senado em igual prazo; caso contrário, seriam considerados aprovados. Como era fácil atravancar as votações, normalmente os projetos do Executivo eram aprovados por decurso de prazo (FAUSTO, 2009, p.466).

A marca do AI-1 foi o início da repressão, onde o governo militar começara a mostrar sua política de controle dos órgãos públicos e dos poderes legislativo e judiciário.

Muitas esferas de poder foram enfraquecidas com o intransigente controle do Ato Institucional número 1, havendo intervenção no Congresso Nacional com a suspensão das imunidades parlamentares, da mesma forma as garantias de vitaliciedade de magistrados, e de estabilidade de servidores públicos para facilitar o expurgo no serviço público. Além da intervenção em vários sindicatos e federações de trabalhadores e a prisão de dirigentes sindicais, no campo, e especialmente no Nordeste, atingindo, sobretudo gente ligada às Ligas Camponesas (FAUSTO, 2009, p.467).

O ano de 1964 foi marcado pelo início do aparelhamento da força militar com a criação de órgãos específicos e divisões na organização pública para caracterizar com veemência o controle das atitudes da população como um todo, a exemplo o surgimento do Serviço Nacional de Informações.

Peça importante do quebra-cabeça montado na manutenção do poder e controle dos cidadãos surgiu em junho de 1964, com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Ele tinha como seu principal objetivo “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contra-informação e à informação sobre questões de subversão interna”. Na prática tornou-se um centro de poder quase tão importante quanto o Executivo, onde seu primeiro chefe o General Golberi do Couto e Silva, chegou a tentar justificar-se, anos mais tarde, dizendo que sem querer tinha criado um monstro (FAUSTO, 2009, p.468).

O AI-1 estabeleceu a eleição de um novo presidente da República, por votação indireta do Congresso Nacional, que foi eleito em 15 de abril de 1964, o general Humberto de Alencar Castelo Branco, com mandato até 31 de janeiro de 1966 (FAUSTO, 2009, p.468).

Em outubro de 1965 foram realizadas as eleições estaduais diretas em onze estados da federação, que pelo fato de grande parte dos adeptos ter declinado o apoio e os bolsos da classe média estavam vazios, e ainda era difícil acreditar na

propaganda sobre o fim da corrupção. Resultaram na eleição de candidatos da oposição em Estados importantes como em Minas Gerais, Brasília, Santa Catarina, Mato Grosso e no antigo Estado da Guanabara (FAUSTO, 2009, p.474).

Em consequência deste veto ao governo militar nas urnas foi baixado o AI-2 e AI-3, delimitando o poder de voto do povo. O AI-2 estabeleceu que fosse indiretamente eleito o próximo presidente da república pelo Congresso Nacional em sessão pública e votação nominal. E no AI-3 determinou também o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados através das respectivas Assembleias estaduais (FAUSTO, 2009, p.474).

O AI-2 reforçou os poderes do presidente da república ao estabelecer que ele pudesse baixar atos complementares ao ato, bem como decretos-lei em matéria de segurança nacional, onde ampliavam até onde queriam o conceito de segurança nacional para utilizá-lo da forma que melhor convier. Mas uma das medidas relevantes do ato foi à extinção dos partidos políticos existentes, que para o governo o sistema multipartidário era o motivo das crises políticas, forçando a criação de apenas dois partidos políticos, Arena o partido de situação e o MDB que reunia a oposição (FAUSTO, 2009, p.474).

Os Direitos políticos eram cassados aos que se manifestassem politicamente, incorrendo em crime. As Garantias constitucionais não vigoravam mais, além do controle partidário.

O governo Castelo completou as mudanças nas instituições do país, fazendo aprovar pelo Congresso uma nova Constituição em janeiro de 1967. A expressão “fazendo aprovar” deve ser tomada em sentido literal. Submetido a novas cassações, o Congresso fora fechado por um mês em outubro de 1966 e reconvocado pelo AI-4 para se reunir extraordinariamente a fim de aprovar o novo texto constitucional. A Constituição de 1967 incorporou a legislação que ampliara os poderes conferidos ao Executivo, especialmente em matéria de segurança nacional, mas não manteve os dispositivos excepcionais que permitiriam novas cassações de mandatos, perda de direitos políticos etc. (FAUSTO, 2009, p.475).

O AI-3 ficou marcado por conta da perseguição dos políticos do partido da oposição, o MDB. Aconteceram cassações de deputados, e foi estipulado novo calendário eleitoral.

Desde 1966 a oposição ao governo vem se organizando, com a inclusão da Igreja Católica destacando-se no Nordeste, estudantes começaram também a se mobilizar em torno da UNE. No cenário político formaram a Frente Ampla que reunidos em Montevideu, seus líderes se propuseram lutar pela redemocratização do país e a afirmação dos direitos dos trabalhadores (FAUSTO, 2009, p.477).

O movimento estudantil e a organização da igreja católica no apoio a oposição foram importantes para sua força ao longo dos anos. Para a formação da

UNE e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs que muito influenciaram até na conciliação de opiniões na discussão no ano de 1978 antes da lei de anistia.

O ano de 1968 foi muito marcado por manifestações em outros países e no Brasil contra os atos governamentais da época, além do crescimento de indignação por mortes e violência contra os opositores. O ponto alto da convergência das forças na luta da democratização foi a passeata dos 100 mil realizada em 25 de junho de 1968 (FAUSTO, 2009, p.478).

A greve de Osasco sofreu a influência de grupos de esquerda que tinham assumido a perspectiva de que só a luta armada poria fim ao regime militar. Esses grupos foram muito influenciados pelo exemplo da Revolução Cubana e pelo surgimento de guerrilhas em vários países da América Latina, como a Guatemala, Colômbia, Venezuela e Peru. Teve também papel significativo um livro escrito pelo intelectual francês Régis Debray, que esteve na Bolívia por ocasião da tentativa frustrada de Che Guevara de aí implantar uma guerrilha. O livro *Revolução na Revolução*, publicado em 1967, defendia a ideia de que, nas condições do mundo contemporâneo, o papel dos partidos e das classes sociais na construção de um movimento socialista revolucionário deveria ser revisto. Esse movimento só poderia ter possibilidades de êxito a partir de um grupo armado que se instalasse em um ponto de um país – o chamado foco –, e a partir daí se irradiasse através de suas ações até alcançar o apoio das classes dominadas (FAUSTO, 2009, p.478-479).

Após as organizações opositoras começarem a se reunir com maior veemência e se espalharem por várias classes sociais, composições com interesses comuns e principalmente ao iniciarem a luta armada, a resposta governamental resultou no AI-5, que concentrou no presidente da república mais poderes e aumento da repressão às atitudes da população.

A partir do AI-5, o núcleo militar do poder concentrou-se na chamada comunidade de informações, isto é, naquelas figuras que estavam no comando dos órgãos de vigilância e repressão. Abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo (FAUSTO, 2009, p.480).

O Congresso Nacional foi fechado por período indeterminado por determinação do ato institucional, e a repressão aumentava da mesma forma que a oposição sem conseguir eliminá-la, crescia e se tornava mais forte com a inclusão de adeptos da causa.

Os poderes atribuídos ao Executivo pelo Ato Institucional nº 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) direito de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os

direitos políticos dos cidadãos e reinstauração do “Estatuto dos Cassados”; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juízes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens, como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional nº 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo. (ALVES, 2005, p. 161).

A vida se tornava mais difícil no Brasil, qualquer frente de liderança poderia se tornar subversiva aos olhos militares. Qualquer tipo de demonstração pública ou não, contra as determinações estatais ou que violasse os atos institucionais representava aos órgãos de controle, uma ameaça à segurança nacional. O terror estava estampado no rosto do brasileiro, totalmente censurado de qualquer expressão, e que pudesse corrompê-lo frente à vigilância militar.

A consequência mais grave do Ato institucional foi talvez o caminho que ele abriu para a utilização descontrolada do Aparato Repressivo do Estado de Segurança Nacional. A este respeito foram cruciais as restrições impostas ao Judiciário e a abolição do *habeas corpus* para crimes políticos. Podiam-se efetuar prisões sem acusação formal e sem mandado. Juntamente com as restrições ao Judiciário, isto impedia advogados e outros que defendiam os presos políticos de aplicar as garantias legais. Por isso não podiam evitar sérios abusos de poder e tortura de presos políticos. Por outro lado, a ausência de um prazo de vigência do Ato significava que os poderes extraordinários haviam se tornado ordinários. O Estado de Segurança Nacional estava totalmente centralizado e isolado; o Estado corporifica-se no Executivo e a ele se circunscrevia. O Ato Institucional nº 5 deu origem a um *Leviatã*, antecipado pelo General Golbery do Couto e Silva em seus textos dos anos 50, um Estado hobbesiano que absorvia todo o poder. (ALVES, 2005, p. 162).

O período subsequente à promulgação do Ato Institucional nº 5 caracterizou-se, assim, por uma dinâmica de violência. Alguns setores da oposição empunharam armas, julgando não haver outra maneira de combater o *Leviatã*. A luta armada, por sua vez, fortaleceu no Estado de Segurança Nacional os setores voltados para a defesa da Segurança Interna. Eles efetivamente se valeram do espaço de que dispunham para implantar um formidável aparato de repressão e institucionalizar a estratégia de controle pelo terror. Neste confronto, os demais setores de oposição e grande parte da população não envolvida foram esmagados por brutal ofensiva das forças de segurança. Seguiu-se um período de silêncio, medo, confusão e desânimo. Como veremos (...) foi a esta altura que as alternativas indicadas e aplicadas pela Igreja Católica proporcionaram o elemento decisivo para o prosseguimento da luta pela liberdade: a esperança. (ALVES, 2005, p. 166-167).

A ditadura militar não poderia existir sem os decretos presidenciais baixados por meio de atos institucionais, para manter-se no poder e ampliar o controle estatal. Aparece como uma forma de controle, com a constitucionalização e legitimação dos atos do presidente. Ao todo foram decretados dezessete atos institucionais regulamentados por cento e quatro atos complementares no combate a subversão e a corrupção.

1.2 Anistia

No ano de 1979 em 15 de março, foi empossado o sucessor de Ernesto Geisel o general João Batista Figueiredo, e como vice-presidente Aureliano Chaves. Foi escolhido pelos militares por ser bem influente e bem talhado para tratar da abertura bem lentamente.

Em agosto de 1979, Figueiredo tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia. A lei de anistia aprovada pelo Congresso continha entretanto restrições e fazia uma importante concessão à linha-dura. Ao anistiar "crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política", a lei abrangia também os responsáveis pela prática da tortura. De qualquer forma, possibilitou a voltar dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas. (Fausto, 2009, p. 504).

Anistia foi uma das palavras de ordem da mobilização dos setores democráticos da sociedade civil. A rigor, o primeiro movimento organizado a partir dessa questão foi o Movimento Feminino pela Anistia, criado em 1975 por Terezinha Zerbini. A luta pela anistia tornada pública e coletiva coincidia com as promessas de distensão feitas pelo General Ernesto Geisel, cujo mandato se iniciara em março de 1974. Apesar de ter prometido democratizar o regime militar, após o auge do terror de Estado e da repressão política vividos entre 1969 e 1973, o governo Geisel começava com duas mortes nos porões do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações /Centro de Operações de Defesa Interna): Vladimir Herzog, jornalista, e Manoel Fiel Filho, sindicalista. Ambas sinalizavam uma nova fase de perseguição a organização de esquerda, com o foco voltado para o Partido Comunista, e manifestavam a atividade vigorosa dos porões da repressão amparada por altos escalões militares não dispostos a perder seu poder. (BITTENCOURT, 2007, p. 202).

Na década de 1970 se iniciaram movimentos de democratização, onde o governo militar percebeu a impossibilidade da manutenção do autoritarismo e de leis de exceção a longo prazo, pois desaparecia o ponto de apoio do regime na sociedade, o sucesso da economia, porém o movimento contrário, teve seu foco na sociedade civil e cada vez mais agregava novos atores e organizações na luta pelas

“liberdades democráticas”, na qual a anistia teve um papel aglutinador. (BITTENCOURT, 2007, p. 202).

Desta forma, a data vinte e oito de agosto, representa, ambigualmente, a abertura política que foi consolidada na posse do General João Batista Figueiredo, em março de 1979, marcando o início da reconquista da democracia, seguida da eleição direta de 1982 de governadores de estados. Mas os movimentos democráticos da sociedade também lutavam pela democracia política e social plenas, com eleição para Presidente da República, convocação de uma Assembleia Constituinte e anistia ampla com punição judicial para os torturadores, bases para a construção de um novo pacto político que democratizasse não apenas a vida política, mas realizasse a distribuição de renda e a universalização da cidadania (BITTENCOURT, 2007, p. 203).

No texto publicado na internet de Paulo Timm, professor da Universidade de Brasília e exilado ao tempo da ditadura militar, lembrou um dos primeiros atos de comunicação de presos políticos e de pedido de ajuda a autoridade norte-americana. Escrevendo dos fatos: Devia ser de 1974. A entrega de uma carta a um visitante oficial norte-americano em Brasília – Ted Kennedy – por uma senhora que, rompendo toda a segurança formada em torno da autoridade, conseguiu fazer-lhe chegar um documento denunciando as condições dos presos e exilados políticos brasileiros. A senhora que enfrentava todo aquele indefectíveis pelotões, que cercavam todas as denúncias foi a opinião pública brasileira tomar conhecimento da existência de perseguidos políticos em nosso país – a ditadura militar sistematicamente negava a existência de presos políticos e de tortura. Com esse ato heroico Therezinha Zerbini convocava as brasileiras, mulheres e mães como ela, a lutarem pela anistia aos presos e exilados políticos. Daí por diante forma sendo formados Comitês Femininos pela Anistia nas principais cidades do país.

Na criação de comitês brasileiros pela anistia, primeiramente no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, seguidos de outros estados, que se reuniram em Salvador, no Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, em maio de 1978, que formalizou a Carta de Salvador, formalizando princípios e programas de ação, como: 1) Fim das torturas, com punição aos torturadores na forma da lei; 2) Libertação dos presos e volta dos cassados e exilados; 3) Elucidação da situação dos cidadãos “desaparecidos”; 4) Reconquista do *habeas corpus* (suspensão pelo AI-5, em 1968); 5) Fim do tratamento arbitrário e desumano aos presos; 6) Fim da Lei de Segurança Nacional, pelo direito à atividade política, sem restrições; 7) Apoio à luta pelas liberdades democráticas (fim da censura, direito à greve e à livre organização sindical e política, melhoria na qualidade de ensino e liberdade de expressão política, cultural e científica) (BITTENCOURT, 2007, p. 203).

O que se pode demonstrar a partir destes documentos de conciliação de ideias a respeito da Anistia das massas organizadas de vários dos Estados da

federação, de fato não corresponde ao texto da lei de anistia, pois as reivindicações pedem de forma literal a condenação de torturadores e elucidação dos crimes cometidos ao tempo da ditadura principalmente de desaparecidos.

Da mesma forma entende o historiador Daniel Aarão Reis em seu artigo, “(...) ao caráter da Lei de Anistia, aprovada em agosto de 1979. Esta lei configurou um pacto de sociedade. O que não significa que houve unanimidade. Nunca há unanimidade, por mais que um consenso, reunindo amplos segmentos sociais, se forme em determinados momentos em distintas sociedades.” (REIS, 2010, p.172).

1.2.1 *Crítica à anistia e seus reflexos contemporâneos*

Mas o que verdadeiramente expõe o acontecido e remete aos dias de hoje e se resume na declaração da cientista política Glenda Mezarobba que dispõe: “Em sentido amplo, a noção de anistia traz implícitas as ideias de esquecimento e perdão. No caso brasileiro, a lei foi reivindicada junto com a volta da democracia, a libertação dos presos políticos, o fim das torturas e a punição aos violadores de direitos humanos. Mas, como se sabe, não foi exatamente isso que ocorreu à época de sua entrada em vigor. Nem depois, na democracia. De qualquer maneira, por mais importante que tenha sido o movimento em prol da anistia, não faz nenhum sentido, em plena democracia, permanecermos presos a esse registro de esquecimento. Daí a estranheza em se constatar, por exemplo, que as vítimas da ditadura precisam ainda hoje ingressar com pedidos da anistia para ter alguns de seus direitos, como perseguidas políticas, contemplados” (MEZAROBBA, 2009, p.1).

Segundo ela, a volta à democracia, após um período de conflito, gera aos Estados pelo menos quatro obrigações a cumprir: o dever de justiça, que visa identificar, processar e punir os responsáveis pelos crimes cometidos; o dever de revelar a verdade, com a localização de corpos e abertura de arquivos; o dever de reparar, por meio de indenizações e com a criação de monumentos, por exemplo; e o dever de renovar as instituições, principalmente o sistema de segurança, o que inclui o afastamento de criminosos dos órgãos relacionados ao exercício da lei e de outras posições de autoridade (MEZAROBBA, 2009, p.1).

Ela compara ainda o comportamento a respeito da anistia em face da Argentina e Chile, que da mesma forma aprovaram leis de anistia, mas que a exemplo da Argentina por motivos políticos e de pressão do povo, os novos governantes se o pretendessem tinham que abordar o assunto em suas propostas.

A cientista política ainda afirma que está estabelecido no Direito Internacional que um país não pode se auto-anistiar, nem mesmo perdoar seus próprios agentes, que devem responder por seus atos. Que em verdade, a única atitude do governo brasileiro na tentativa de reparar as vítimas da ditadura foi no pagamento de indenizações, que são quantificadas a partir da ocupação profissional da vítima e quanto poderia ganhar ao tempo que ficou debilitada ou impossibilitada. E mesmo com a revogação do artigo 11º da lei de anistia, que restringia como único direito a ser reclamado à vítima o pagamento da indenização, nada mais além desta medida foi realizado.

O fato é que aconteceram à época diversas violações de direitos humanos, sem o reconhecimento das Forças Armadas a respeito, nem pedido de desculpas à família das vítimas ou até a divulgação de documentos e arquivos emitidos ao tempo das transgressões (MEZAROBBA, 2011).

A fala das Forças Armadas até os dias de hoje é de que estes arquivos não existem, o que de fato não se sabe. E o discurso a respeito de julgamento dos que cometeram crimes na ditadura, é que ambos os lados deveriam ser punidos, militares e oposicionistas, mas o se pode ver é que ao tempo dos crimes muitos “subversivos” foram julgados, e condenados, ao passo dos militares nada recebeu como sanção. (MEZAROBBA, 2011)

Nos últimos anos, ocorreram mudanças significativas no campo do direito à memória, à verdade e à justiça referente aos desaparecidos políticos das ditaduras do Cone Sul. Esses países estão revendo suas leis de anistia e desenvolvendo políticas de memória que asseguram o conhecimento sobre os eventos de seu passado recente. No Brasil, o governo vem adotando uma série de medidas para cumprir as exigências da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, no dia 24 de novembro de 2010, condenou o Brasil no caso “Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) versus Brasil” por violações aos direitos humanos correlatas aos crimes de desaparecimento como a ausência de investigações. A partir da sentença publicada no país no dia 14 de dezembro, o Brasil tem um prazo legal para cumprir os 12 pontos determinados pela sentença, entre eles realizar todos os esforços para determinar o paradeiro dos desaparecidos (BAUER, 2012, p. 77).

O vergonhoso é que tantos morreram, sofreram e até despenderam-se de suas vidas em prol da luta contra a repressão, contra a violência, às arbitrariedades e à liberdade. Na atualidade muitos são conhecidos por entrarem na vida política e outros não, mas a população não os reconhece como indivíduos que lutaram para a manutenção dos direitos mínimos que são garantidos nos dias de hoje.

2 TORTURA

A ditadura civil-militar instaurada em 1964 não foi o primeiro regime a utilizar torturas físicas e psicológicas durante interrogatórios no Brasil. A diferença é que pela primeira vez esse recurso foi empregado de forma científica, institucional e sistemática. A prática era usada para obter informações, arrancar confissões de culpa, desmobilizar os militantes políticos ou punir os opositores e seu entorno familiar e social (BAUER, 2012, p. 75).

A tortura foi utilizada em demasia pelos militares que perseguiram os chamados subversivos, usando-a contra os efetivos opositores, seus familiares ou qualquer outra pessoa que tenha possivelmente informações a respeito destes.

Como ao tempo destes acontecimentos a conduta de torturar não restava como crime na legislação brasileira, e os militares com o poder em suas mãos, podiam agredir qualquer indivíduo em nome da segurança nacional livremente. Por estes fatos, até os dias de hoje, foram atos que marcaram a ditadura militar, as torturas em porões e em departamentos de segurança, ou seja, da forma mais organizada e legal possível.

O elemento facilitador destas condutas agressivas era que ao tempo da ditadura a legislação brasileira não tinha a tortura como conduta incriminadora, mas aparecia no Código Penal de 1890, em seu artigo 41, § 2º, como circunstância agravante no cometimento de qualquer crime a dor física aumentada por meio de atos de crueldade (CASTRO, 2009, p.52).

E no Código Penal de 1940, a tortura continuou como circunstância agravante da pena no cometimento de algum crime. A tortura somente veio a ser mencionada como violação em si mesma, não necessitando de estar em conjunto com qualquer outra conduta violadora de direito de outrem no Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 233, mas não conceituou de fato o que representava o ato de torturar (CASTRO, 2009, p.52).

Conquanto desde 28 de setembro de 1989 o Brasil houvesse ratificado a Resolução nº39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas – Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos Desumanos ou Degradantes – e subscrito, em 4 de novembro de 1993, a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, somente em 1997 foi editada a Lei nº 9.445, que definiu os crimes de tortura e expressamente revogou o art. 233 do ECA. Desse modo, considerando o histórico legislativo, os atos de tortura

eventualmente praticados durante o regime de exceção não poderiam ser tomados como crime, mas somente como circunstâncias que agravariam a pena, uma vez que tal prática não se encontrava tipificada no ordenamento jurídico brasileiro. E não se há de permitir a aplicação retroativa da norma penal incriminadora, sob pena de instaurar-se a insegurança jurídica e o arbítrio (CASTRO, 2009, p.52).

Estes acontecimentos demonstram o quão retrógrado foi o período ditatorial, além de utilizar do terror das torturas para obter informações ou confissões, pode-se entender o porquê desta demora na criminalização do ato e legislações internas sobre o assunto. Que se resume em um posicionamento, as torturas serem um forte instrumento da força estatal à época, para semear o medo, e para que a população não ceda aos tentadores movimentos oposicionistas, que pregavam a luta pela liberdade em todos os sentidos contra a opressão.

A Anistia Internacional definiu a tortura como “os maus-tratos de presos praticados por funcionários civis ou militares que agem sob o comando ou com a cobertura de autoridades superiores”. A experiência brasileira não só se enquadra perfeitamente nessa descrição como adquiriu grande sofisticação técnica. Exemplo disso é a “geladeira”, quarto com oscilações de temperatura, iluminação e estímulos sonoros que era utilizado para desestabilizar psicologicamente o indivíduo. Um preso político afirmou que a “geladeira” era uma “sofisticada máquina eletrônica de torturas, uma verdadeira máquina de fazer loucos” (BAUER, 2012, p. 75-76).

Maria Victoria Benevides ressalta: “é sabido que as práticas condenáveis de torturas nos interrogatórios sempre fizeram parte dos ‘métodos de trabalho’ da polícia, inclusive no período mais saudado de nossa experiência de democracia liberal burguesa. Basta lembrar que o embrião do ‘Esquadrão da Morte’ (os ‘homens de ouro’) foi criado pelo então chefe de polícia do Rio de Janeiro, general Amaury Kruehl, em pleno governo democrático de Juscelino Kubitschek” (BARBOSA, 2010, p.39).

A tortura é um crime hediondo, que coisifica o indivíduo até o ponto da capitulação total, submetendo-o ao pavor da entrega, da submissão. Tornando a tortura uma técnica de luta, onde na guerra revolucionária, o criminoso está entre nós, só podendo ser descoberto através da tortura de suspeitos e da informação imediata (BARBOSA, 2010, p. 40-41).

Com a tortura, o Brasil tornou-se internacionalmente conhecido pelos métodos violentos. Justificava-se a tortura como meio imprescindível à obtenção de confissão, uma prática que, se expandiu pelas demais ditaduras latino-americanas na década de 1970 (BARBOSA, 2010, p. 41).

No âmbito do direito internacional, a categoria dos crimes contra a humanidade é abrangente, mas suficientemente bem definida, pois ela inclui

ações que têm em comum as seguintes características: (i) são ofensa particularmente repulsivas, no sentido de que constituem um sério ataque à dignidade humana, uma grave humilhação ou degradação de seres humanos; (ii) não são eventos isolados ou esporádicos, mas sim parte de uma política de governo ou de uma prática sistemática e frequente de atrocidades que são toleradas, perdoadas ou incentivadas por um governante ou pela autoridade de fato; (iii) são atos proibidos e podem ser consequentemente punidos, independente se tenham sido perpetrados em tempos de guerra ou de paz; (iv) as vítimas do crime devem ser civis, ou no caso de crimes cometidos durante um conflito armado, pessoas que não tenham tomado parte nas hostilidades (WEICHERT, 2008, p.177-178).

Para efeitos internacionais foi disposto o conceito de tortura na Convenção Internacional contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos e Degradantes, em seu artigo 1º, alínea I, que foi ratificada pelo Brasil no dia 24 de janeiro de 1991: “O termo tortura designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza, quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência.”

No Estatuto do Tribunal Penal Internacional de 1998, instituíram dez tipos de crimes caracterizados como modalidade criminosa diversa da dos crimes contra a humanidade. Além disso, acrescentou ao elenco uma modalidade genérica: “outros atos desumanos de caráter semelhante, que causem intencionalmente grande sofrimento, ou afetem gravemente a integridade física ou a saúde física ou mental”. Estabeleceu como condição de punibilidade que tais atos criminosos sejam cometidos “no quadro de um ataque, generalizado ou sistemático, contra qualquer população civil, havendo conhecimento desse ataque” (COMPARATO, 2010, p.84).

O Ilustre doutrinador continua seu raciocínio citando a Convenção sobre a imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes contra a Humanidade, aprovada pelas Nações Unidas em 26 de novembro de 1968, e que entrou em vigor em 11 de novembro de 1970. Grifou em seu preâmbulo, a Convenção reconhece “ser necessário e oportuno afirmar, no direito internacional, por esta Convenção, o princípio de que não há período de limitação para crime de guerra e crimes contra a humanidade, e assegurar sua aplicação universal” (COMPARATO, 2010, p.85).

E com algumas modificações de Fábio Konder Comparato, grifou o art. 4º da Convenção acima citada: “Os Estados Partes na presente Convenção obrigam-se a adotar, em consonância com seus procedimentos constitucionais respectivos, todas as medidas legislativas ou de outra natureza, necessárias para assegurar que limitações legais ou de outra modalidade não se aplicam no processo e punição dos crimes referidos nos artigos 1 e 2 da presente Convenção (crimes de guerra e crimes contra a humanidade) e que, onde existirem, tais limitações serão abolidas.” (COMPARATO, 2010, p.85).

Outra norma internacional, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional de 1998, veio para reafirmar veio para reafirmar que “os crimes da competência do Tribunal não prescrevem” (art.29) (COMPARATO, 2010, p.86).

É insustentável o argumento levantado entre nós de que tais disposições não se aplicam no Brasil, em relação aos atos de tortura praticados contra presos políticos durante o regime militar de 1964 a 1985, porque o nosso país não assinou nem aderiu à Convenção de 1968, e só veio a ratificar o Estatuto do Tribunal Penal Internacional em 2002 (COMPARATO, 2010, p.86).

Por todas essas razões, fica patente que a decisão tomada pelo nosso Supremo Tribunal Federal ao julgar a arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153, de que a Lei de Anistia de 1979 desconstituiu os crimes abjetos, notadamente a tortura, praticados pelos agentes públicos do regime militar contra opositores políticos, infringiu descaradamente o sistema internacional de Direitos Humanos. Essa aberração jurídica não é insuscetível de perdão no tribunal da consciência (COMPARATO, 2010, p.87).

2.1 As Leis de Anistia, julgamentos da Corte Interamericana e justiça de transição.

A Lei de Anistia brasileira e todas as outras dos países da América do Sul foi um atraso na evolução legislativa, e grande desrespeito a todas as garantias e direito humanos aos seus civis. Como já discutido os acontecimentos mesmo anteriores à assinatura e ratificação, podem ser julgados por estas normas internacionais de proteção da humanidade a vários atos arbitrários muitas das vezes com o Estado concedendo o aval a todas estas violações.

A lógica usada para anistiar a todos os militares criminosos, que se utilizaram do sistema que possuíam, foi à manipulação legal que já vinha acontecendo desde o início do regime militar com os Atos Institucionais e vários Decretos-lei, a Lei de Anistia mostra muito bem em suas disposições. E na leitura de

Marco Antonio Barbosa: “A Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979 – a chamada Lei da Anistia -, em seu art. 1º, concedeu anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram, dentre outros, crimes políticos ou conexos, nos termos do §1º, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política, e, em conformidade com o §2º desse mesmo artigo, excetuou dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal.” (BARBOSA, 2010, p. 44-45).

O adjetivo “conexo” é o “guarda-chuva” sob o qual se abrigam todos aqueles que, em nome da lei e acobertados pelo governo militar, torturaram, assassinaram e deram sumiço no corpo das vítimas, o que é inaceitável, pois é descabido anistiar quem jamais foi considerado culpado ou condenado. Anistia significa perdão: perdoa-se a quem cometeu uma falta; se jamais os algozes assumiram os hediondos atos praticados por eles, não se pode cogitar tenham sido beneficiados pela anistia (BARBOSA, 2010, p. 45).

Contudo, é público e notório que o legislador, com a redação propositalmente obscura do §1º do citado artigo, ao considerar como políticos ou conexos os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política, teve o intuito de incluir, no âmbito da anistia criminal, os agentes públicos que comandaram e praticaram crimes comuns – tortura, homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade, lesões corporais e atentado violento ao pudor – contra opositores políticos do regime militar instituído em 1964 (BARBOSA, 2010, p. 45).

Em casos parecidos dos que aconteceram no período da ditadura militar brasileira, aconteceram em tempos parecidos em outros países da América do Sul, estes crimes não foram julgados no âmbito de suas soberanias, mas foram compelidos os familiares das vítimas a recorrerem às condenações na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Os julgamentos foram demorados pela análise prévia da Comissão Interamericana, e após a Corte, mas os familiares lograram êxito em seus pedidos.

Como exemplo, os brasileiros lesados deveriam se reerguer e pedir pelo julgamento Interamericano. Mas para que reste informação sobre os casos, foram tocados os seus fatos, tentativas de julgamentos perante a jurisdição competente de seu país, e após tentativas infundadas, o recorrer ao Plano Interamericano.

Os autores Conci e Donnini descreveram como foi o julgamento na Corte Interamericana de Direito Humanos do Caso Barrios Altos vs. Peru, enfrentando a questão das “leis de autoanistia”, sentenciada na data de 14 de março de 2001. O

caso tratava de uma chacina ocorrida em 1991, em Barrios Altos, na cidade de Lima, no Peru, na qual foram mortas 15 pessoas e quatro feridas. Nas investigações ocorridas constatou-se que os autores do crime eram militares do exército peruano e integravam um esquadrão de eliminação conhecido como “Grupo Colina” (CONCI; DONNINI, 2010, p.103).

No ano de 1995 foram denunciados cinco oficiais do Exército como responsáveis pelos fatos. Mas antes da resolução da ação, o Congresso aprovou a lei n. 26.479, que extinguiu a responsabilidade dos militares, policiais e civis que cometeram violações a direitos humanos entre 1980 e 1995. O projeto de lei não foi previamente divulgado nem debatido, somente aprovado e, no dia seguinte sancionado pelo presidente Fujimori (15 de junho de 1995) (CONCI; DONNINI, 2010, p.103).

A juíza responsável pela ação do caso Barrios Altos, decidiu que o art. 1º da Lei de Anistia, violava os direitos humanos e as obrigações internacionais do Estado e um desrespeito às normas de garantias humanas. Mas em resposta as manifestações, foi aprovada nova lei que declarava que a primeira lei não poderia ser objeto de revisão pelo Poder Judiciário (CONCI; DONNINI, 2010, p.103).

Em seguida a Corte Superior de Lima decidiu arquivar o processo definitivamente, e as Leis de Anistia foram objeto de ação de inconstitucionalidade perante o Tribunal Constitucional peruano, julgada improcedente.

O caso foi levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, por meio de petição, onde tramitou de 1995 a 2000, quando foi submetido a Corte Interamericana, com o pedido da continuidade da investigação e à reparação de danos, e que revogasse ou tornasse sem efeitos a Lei de Anistia. A Corte considerou inadmissíveis as disposições de direito interno que assegurem anistia, prescrição e excludentes de responsabilidade com o objetivo de impedir investigação e punição de responsáveis por graves violações de direitos humanos e afirma que essas leis “carecem de efeito jurídico” (CONCI, DONNINI, 2010, p.104).

Na discussão das conclusões do caso a Comissão pediu que a Corte esclarecesse se os efeitos da sentença seriam aplicáveis a todas as violações decorrentes da aplicação das leis de autoanistia ou apenas ao caso Barrios Altos (CONCI, DONNINI, 2010, p.105).

E a Corte Interamericana, esclarece que há um dever dos Estados-partes de suprimir de seu ordenamento jurídico as normas vigentes que impliquem violação a Convenção. Esclarece, assim, que a promulgação de uma lei contrária às

obrigações assumidas constitui por si só uma violação e gera responsabilidade internacional do Estado. Atribui, por conseguinte, efeitos gerais à sentença (CONCI, DONNINI, 2010, p.105).

Em seu voto no caso Barrios Altos, o juiz brasileiro A. A. Cançado Trindade reforça a ideia de incompatibilidade das leis de autoanistia com o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Afirma ele que as chamadas “autoanistias” são incompatíveis com a Convenção e, consequentemente, desprovidas de efeitos jurídicos, não sendo atribuível a tais leis validade jurídica no plano do Direito Internacional dos Direitos Humanos (CONCI; DONNINI, 2010, p.105).

Este julgamento da Corte Interamericana de Direitos humanos, a respeito dos fatos ocorridos no Peru demonstra uma leve semelhança com a forma que o texto da Lei de Anistia brasileira foi deturpado e não refletiu aos anseios dos que pediam e brigavam por sua concretização.

Os autores Conci e Donnini descrevem os fatos dos Casos Almonacid Arellano y otros VS. Chile que trata do assassinato de um militante comunista, que aconteceu durante o período da ditadura militar chilena. O interessante foi à discussão a respeito caso ter sido cometido no ano de 1973 por militares diante da família da vítima, e anistiados, e o Chile aderiu ao Pacto de San José da Costa Rica no ano de 1990. O caso tramitou perante a Comissão entre 1998 e 2005, quando foi submetido à Corte (CONCI; DONNINI, 2010, p.106).

Neste caso não houve acesso a justiça por inúmeros arquivamentos de processos para julgamento dos fatos, e um Decreto-lei de anistia que impedia qualquer criminalização. O julgamento da Corte foi no mesmo sentido do caso peruano exposto (CONCI; DONNINI, 2010, p.106).

Estas ocorrências semelhantes mostram a poder estatal das Forças Armadas que podem resultar em várias arbitrariedades na imposição de sua força pelo fato de serem órgãos de controle da população.

No caso Barrios Altos *versus* Peru (2001), a Corte Interamericana considerou que leis de anistia perpetuam a impunidade, propiciam uma injustiça continuada, impedem às vítimas e aos seus familiares o acesso à justiça e o direito de conhecer a verdade e recebera reparação correspondente, o que constituiria uma direta afronta à Convenção Americana. As leis de anistia configurariam um ilícito internacional; e sua revogação, uma forma de reparação não pecuniária. No caso Almonacid Arellano *versus* Chile (2006), a mesma Corte decidiu pela invalidade do Decreto-lei nº 2.191/78, da era Pinochet, por implicar a denegação de justiça às vítimas e por afrontar os deveres do Estado de investigar,

processar, punir e reparar graves violações de direitos humanos (PIOVESAN, 2010, p. 45).

A Corte do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que por muitos foi motivo de grande esforço para sua implementação, após para que a maioria dos países reconhecesse e ratificasse sua validade perante a soberania local.

Ambos os casos demonstram em seus julgamentos internacionais que a essência é a flagrante desobediência aos direitos humanos, e direitos básicos de qualquer indivíduo, o julgamento justo de um acontecimento, principalmente a retirada do direito a vida por militares, que por ironia deveriam ser a garantia da segurança de suas vítimas.

Outro caso julgado pela Corte Interamericana muito citado, foi *“La Última Tentación de Cristo (Olmedo Bustos y otros) Vs. Chile (Sentença 5.2.2001)”*, que tratava da liberdade de expressão, esse “dever de adaptação” foi enfatizado pela Corte por meio de uma determinação ao Estado para que alterasse a legislação que impunha, até então, a censura prévia (CONCI; DONNINI, 2010, p.8).

A discussão que importa ao expor os casos julgados pela Corte é o que se vê disposto em todas as sentenças: “o dever dos juízes nacionais, de respeitar, não somente os tratados internacionais de direitos humanos, internalizados ou eficazes ordenamento jurídico interno, mas, também, estarem atentos aos precedentes criados pela Corte Interamericana de Direito Humanos, quando esses Estados nacionais aderiram aos procedimentos e aceitaram a jurisdição da CIDH expressamente.” (CONCI; DONNINI, 2010, p.8-9).

A implicação desse dever, faz, ainda que os Estados-partes conheçam e cumpram os julgamentos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, decorrentes da interpretação dada e do sistema regional de proteção dos direitos humanos. Com isso, ficam obrigados a seguir as decisões, a administração pública, os juízes e legisladores, além dos particulares (CONCI; DONNINI, 2010, p.9-10).

É de grande valia o dito pelo pesquisador chileno Juan Carlos Hitters: “Surge de lo antedicho que la misión prístina de La Corte IDH está em llevar a cabo una inspección de convencionalidad ‘comparando’ la norma Del derecho interno en relación a la convención y desentrañar si aquélla violenta a ésta. Conjugando las ideas hasta ahora expuestas podemos decir – com algunas aclaraciones que luego haremos – que del postulado liminar antedicho surge que la Corte regional no se

ocupa – por principio – de la legislación doméstica, solo escruta si la misma transgrede la Convención Americana sobre Derechos Humanos (y otros tratados), y si advierte esa falencia, así se lo hace saber al país infractor para que modifique los actos ejecutados por cualquiera de sus três poderes. Ello a fin de evitar que el mismo incurra em responsabilidad estatal (arts. 1.1 y 2 del Pacto aludido).” (HITTERS, 2009, p. 4).

E continua: “Em efecto, desde la famosa sentencia “Costa VS. ENEL” dictada por este cuerpo judicial internacional, em el año de 1964, el mismo sostuvo que las leyes comunitárias, tanto primarias como secundarias, han sido consistentemente proclamadas por esse organismo como preeminentes tanto frente a las leyes internas anteriores, como a las posteriores (incluyendo las leyes constitucionales nacionales) (HITTERS, 2009, p. 5).

Mas muito se discute sobre a justiça de transição dos países que passaram pela ditadura militar e na atualidade e com respaldo dos acontecimentos no Brasil a procuradora Inês Virginia Prado Soares, escreve: “Atualmente a justiça de transição tem parâmetros, estandartes e enfoques comuns que a identificam como instituto típico da passagem de um regime político (no qual houve graves violações dos direitos humanos) para outro, cuja expectativa é de paz e de consolidação de valores democráticos. Os objetivos da justiça de transição giram em torno do reconhecimento das vítimas, do fortalecimento da confiança cívica e do comprometimento do Estado Democrático de direito com a efetividade dos direitos fundamentais. As análises da justiça de transição (e suas singularidades) se voltam para as medidas concretas adotadas em relação à prestação de contas sobre as atrocidades praticadas (accountability), à estabilidade, à reforma institucional e à democratização. Se antes o importante era discutir se caberia ao Estado cumprir ou não as obrigações da justiça de transição, hoje desafio colocado, inclusive para o Brasil, é o de refletir como cumprir as suas obrigações e quais as melhores estratégias e mecanismos. O Estado brasileiro optou, até o presente momento, por um modelo de justiça de transição que se afasta do processo penal e do enfoque punitivo dos autores das atrocidades. A Lei de Anistia brasileira (Lei nº 6.683/79) tem tido uma interpretação que dificulta a responsabilização criminal dos agressores, por isso, não há precedentes de julgamento penal dos agentes do Estado autores de torturas, homicídios, sequestros, desaparecimentos forçados e outros graves crimes

tipificados como crimes contra a humanidade. A responsabilidade penal pelos atos cometidos é considerada essencial para atenuar o sentimento de injustiça e pode contribuir para cicatrizar as feridas e para consolidar a democracia e a cultura de respeito aos direitos humanos.” (SOARES, 2010, p.1).

Frise-se que a mera passagem institucional de um governo de exceção para um democrático não é o suficiente para reconciliar a sociedade e sepultar as violações a direitos humanos ocorridas no bojo de conflitos armados (v.g., guerras civis) ou de regimes autoritários (ditaduras) – implica na adoção de medidas tendentes a:

- a) esclarecer a verdade, tanto histórica (mediante Comissão de Verdade) quanto judicial (através de investigações das instituições que compõem o sistema de justiça), sempre mediante abertura dos arquivos estatais relacionados ao período de exceção;
- b) realizar a justiça, mediante a responsabilização dos violadores de direitos humanos, notadamente os autores de crimes considerados como de lesa-humanidade. Na realização da justiça devem ser afastados quaisquer óbices para a persecução penal, tais como auto-anistias, prazos prescricionais e limitações materiais e políticas às investigações; e
- c) reparar os danos às vítimas. (WEICHERT, 2008, p.183).

Estas três medidas que devem ser adotadas na transição governamental, representam os princípios básicos para restabelecimento da democracia estatal que são: verdade, justiça e reparação. Há que diga incluir o quarto princípio, que consiste na não-repetição. “Assim, as medidas de Justiça de Transicional – inclusive responsabilização penal – são instrumentos de prevenção contra novos regimes autoritários partidários da violação de direitos humanos como medidas institucionais, especialmente por demonstrar à sociedade que esses atos em hipótese alguma podem ficar impunes. No mesmo sentido, reforçam a cidadania e a democracia, pela valorização da verdade e da reparação, e inibem novas formas de violações a direitos humanos, cometidas sob a influência da impunidade e da cultura do segredo.” (WEICHERT, 2008, p.183-184).

Nas lições de Kathryn Sikkink e Carrie Booth Walling, a justiça de transição compreende: o direito à verdade; o direito à reparação; reformas institucionais. Constata-se na experiência de transição brasileira um processo aberto e incompleto, na medida em que tão somente foi contemplado o direito à reparação, com o pagamento de indenização aos familiares dos desaparecidos no regime militar, nos termos da Lei nº 9.140/95. Emergencial é avançar na garantia do direito à verdade, do direito à justiça e em reformas institucionais (PIOVESAN, 2010, p. 46-47).

A autora Flávia Piovesan retira do texto das americanas acima citadas um resumo que influencia aos países que passaram pelo período ditatorial de militares

podem trazer resoluções na justiça de transição a casos sem julgamento algum. Como atentam Kathryn Sikkink e Carrie Booth Walling: “O julgamento de violações de direitos humanos pode também contribuir para reforçar o Estado de Direito, como ocorreu na Argentina (...) Os cidadãos comuns passam a perceber o sistema legal como mais viável e legítimo se a lei é capaz de alcançar os mais poderosos antigos líderes do país, responsabilizando-os pelas violações de direitos humanos do passado. O mais relevante componente do Estado de Direito é a ideia de que ninguém está acima da lei. Deste modo, é difícil construir um Estado de Direito ignorando graves violações a direitos civis e políticos e fracassando ao responsabilizar agentes governamentais do passado e do presente (...) Os mecanismos de justiça de transição não são apenas produto de idealistas que não compreendem a realidade política, mas instrumentos capazes de transformar a dinâmica de poder dos atores sociais (PIOVESAN, 2010, p.47).

A não responsabilização dos crimes contra a humanidade perpetrados no Brasil impede, pois, a conclusão da transição à democracia e ao Estado de Direito (WEICHERT, 2008, p.184).

O objetivo da Lei de Anistia em 1979 era a punição dos criminosos do regime militar. “Se isto não foi feito, desconhecendo, o Estado, suas obrigações internacionais, mediante descabida e esdrúxula interpretação da lei, por motivos claramente oportunistas, não se pode admitir que essa lamentável omissão sirva de pretexto para entregar-se a quem torturou e matou naquele período cargos públicos relevantes ou não. Não se pode argumentar em seu benefício com a ausência de punição, pois esta omissão não encobre as atrocidades que cometeram.” (BICUDO, 2005, p. 94).

No Caso Paniagua Morales y otros, Caso Loayza, sentença de reparaciones, julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, nessa oportunidade disse que: “os Estados não podem, para não dar cumprimento a suas obrigações internacionais, invocar disposições existentes em seu direito interno, como o é no caso de uma Lei de Anistia que obstaculiza a investigação e o acesso à Justiça. O Estado tem o dever de investigar as violações dos direitos humanos, processar os responsáveis e evitar a impunidade. A Corte tem definido a impunidade como “La falta en su conjunto de investigación, persecución, captura, enjuiciamiento y condena de los responsables de las violaciones de los derechos protegidos por la

Convención Americana” e já assinalou que “...el Estado tiene la obligación de combatir tal situación por todos los medios legales disponibles ya que la impunidad propicia la repetición crónica de las violaciones de derechos humanos y la total indefensión de las víctimas y sus familiares” (BICUDO, 2005, p. 94-95).

Na interpretação da lei, é sempre relevante ter em conta o que o proponente teve em vista com os dispositivos apresentados à consideração do Legislativo. Muito embora a vontade do legislador seja apenas um dos muitos elementos na interpretação da lei, convém sempre verificar o que o governo pretendeu ao encaminhar para discussão a votação da Lei de Anistia. E por aí também se verifica qual o seu real destinatário: as vítimas da ditadura militar veja-se, ao excluir de seus benefícios, os autores de atos de terrorismo, esclarece que assim de ser porque “sua ação é contra a humanidade e, por isso, repelida pela comunidade universal que sanciona, como indispensáveis, leis repressivas de que se valem países de mais alta formação democrática.” E acrescenta: “a anistia tem o sentido de reintegrar o cidadão na militância política e o terrorista não foi e não é um político...” O terrorismo do Estado é também uma ação contra a humanidade e, assim, como o próprio Estado afirma, repelida pela comunidade universal (BICUDO, 2005, p.95-96).

Assim pode-se entender que a Lei de Anistia foi instrumento beneficiador político que foram sujeitos da ação repressora do Estado. Os agentes do Estado que violaram direitos humanos, em nenhum momento foram mencionados na lei, então não aparecem como beneficiários. Os torturadores da ditadura militar não eram políticos e nem cometeram crimes políticos, mas crimes contra a humanidade que não podem encontrar abrigo na lei de anistia. As ações contra a humanidade são repelidas pela comunidade internacional, não poderiam ser reconhecidas pelo Estado Nacional (BICUDO, 2005, p. 96).

Em outras palavras, o direito interno brasileiro e a atuação material dos órgãos estatais não podem impedir a concretização das obrigações firmadas no âmbito da Convenção Americana de Direitos Humanos, inclusive o direito das vítimas a verem esclarecidos crimes ocorridos no passado. De fato, com fundamento nesses comandos convencionais, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem reiteradamente decidido que, quando houver continuidade ou permanência, limitações temporais fixadas no ato de ratificação da competência da Corte não eximem os Estados-parte de atuarem na responsabilidade por violações aos direitos humanos perpetradas anteriormente:

“66. A Corte não pode exercer sua competência contenciosa para aplicar a Convenção e declarar uma violação a suas normas quando os fatos alegados ou a conduta do Estado demandado, que possa implicar em responsabilidade internacional, forem anteriores ao reconhecimento da competência do Tribunal.

67. Contudo, quando se tratar de uma violação contínua ou permanente, iniciada antes do reconhecimento pelo Estado demandado da competência contenciosa da Corte e que persista mesmo depois desse reconhecimento, o Tribunal será competente para reconhecer as condutas ocorridas

posteriormente ao reconhecimento da competência e dos efeitos da violações.” (WEICHERT, 2008, p.186-187).

O que se pode inferir que o Brasil, de fato, está inadimplente da sua obrigação de promoção dos direitos humanos assumida perante a Organização dos Estados Americanos (OEA), pois mantém impunes os crimes contra a humanidade perpetrados, mesmo após a ratificação da Convenção Americana de Direitos Humanos e reconhecimento da Corte Interamericana. “A ausência de medidas concretas para a investigação e a punição desses crimes atinge o direito das vítimas e de seus familiares à apuração da verdade e a um processo justo, contrariando os referidos preceitos convencionais.” (WEICHERT, 2008, p.186-187).

Já em 1914, com a ratificação da Convenção Concernente às Leis e Usos da Guerra Terrestre, firmada em Haia em 1907, o Brasil reconheceu o caráter normativo dos “princípios *jus gentium* preconizados pelos usos estabelecidos entre as nações civilizadas, pelas leis da humanidade e pelas exigências da consciência pública”. Ainda que tal preceito tenha sido veiculado no bojo de uma Convenção relacionada ao direito humanitário em período de guerra, trata-se de uma norma geral de interpretação. Ademais, tendo em vista a aproximação entre o direito internacional humanitário e o direito internacional dos direitos humanos, ambos regidos por premissas de proteção à vida e à dignidade da pessoa humana, os parâmetros normativos interagem e convergem para um padrão único de concretização (WEICHERT, 2008, p.202).

Anote-se que a prescrição penal não é garantia fundamental constitucional. A Constituição brasileira em momento algum estabeleceu um regime geral para a prescrição, tampouco a estabeleceu como valor objetivo fundamental. Ao contrário, tratou de demonstrar que existem crimes para os quais é inadmissível a aplicação do instituto da prescrição (racismo e ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático) (WEICHERT, 2008, p.203).

Com toda certeza, são manifestamente inaceitáveis as auto-anistias, as quais se baseiam exclusivamente na visão do perpetrado das violações. Como bem aponta Lucia Bastos: “Um primeiro ponto que deve ser reforçado é a distinção entre: (i) leis de anistia oferecidas pelos Estados aos seus opositores, normalmente por crimes políticos, e (ii) aquelas que concedem imunidade ao próprio Estado pelos atos cometidos por seus agentes. Conforme visto anteriormente, o entendimento é de que apenas o primeiro caso encontra-se no rol dos direitos do Estado, devido ao seu papel de vítima da agressão e de garantidor das leis penais estatais, e esse direito não deveria se estender a situações nas quais o próprio Estado, por meio dos seus agentes, é o perpetrador das violações (WEICHERT, 2008, p.225).

Os autores Weichert e Helio Bicudo, são convergentes no pensamento de que o Brasil perde muito ao não respeitar os tratados e convenções internacionais ratificadas. O problema ainda persiste, ambos concluem que se deve realizar os julgamentos dos casos de violações aos direitos humanos, que até os dias de hoje

os tribunais nacionais não reconhecem a sua obrigação de respeito às normas internacionais, já pacificadas em sua incidência.

O jurista Miguel Reale Júnior em entrevista, diz entender não ser possível trazer aos tribunais nacionais os acontecimentos criminosos ao tempo da ditadura militar, por atingir a manutenção da segurança jurídica. Mas se esquece que os crimes de lesa-humanidade são considerados por várias convenções, tratados, e julgados das Cortes como imprescritíveis, por atingir a humanidade como um todo na não criminalização de atos já prescritos como tais, que lesam as garantias de direitos humanos (REALE JÚNIOR, 2012, p.1-3).

Atualmente foi denunciado o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos por não apurar os fatos da morte de Vladimir Herzog, que após se apresentar voluntariamente na sede do DOI-CODI em São Paulo para prestar depoimento, acabou torturado até a morte, e por declaração de militares colocado como suicida nas dependências do órgão militar (FERRAZ, 2012, p.1-3).

O Caso Vladimir Herzog não foi julgado e nem mesmo investigado, as duas ações foram arquivadas por conta da lei de anistia, e uma delas confirmou o suicídio de Vladimir nas dependências do DOI-CODI. O processo está em análise na Comissão Interamericana, mas deve ser julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (FERRAZ, 2012, p.1-3).

3 ANÁLISE CRÍTICA DA ADPF 153

No julgamento da ADPF 153, o Supremo Tribunal Federal entendeu ser válida a lei de Anistia, em seu texto de amplo perdão aos torturados e militares que cometeram crimes na época da ditadura militar e aos opositores considerados subversivos que foram presos, torturados, condenados e exilados.

A iniciativa da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental foi da Ordem dos Advogados do Brasil, que no seu pedido enfrentou a real situação ao tempo da confecção da norma abonadora de delitos cometidos ao tempo. Época em que muitos da população brasileira pediram por uma lei de anistia, como já citado anteriormente, para que os exilados e presos políticos pudessem voltar a ter uma vida normal ou voltar ao país.

Questiona-se a lei de anistia, seria ela legítima? A sua intenção foi, mas o seu texto e a finalidade de seu uso, não foi nada legítima. Os ministros do Supremo tribunal Federal em seus votos, disseram não ser o método hermenêutico histórico, válido para este julgamento. De uma norma que foi o último excremento de uma das épocas mais obscuras da história do Brasil, resultado de anos de corrupção, e de um legislativo imposto, ou seja, ilegítimo.

De fato, o método não poderia ser deixado de lado na análise do caso em tela, porque relacionada à norma muitos fatos históricos importantes, até mesmo para a evolução política, histórica e democrática brasileira. Inclusive a Constituição de 1988 nasceu dos desejos de um país melhor, pelos que passaram por estes momentos históricos.

Este julgamento se passa em um período diverso do que acontecia ao tempo da ditadura militar, porque não entender as circunstâncias do nascimento da norma. Como pode uma norma legalizadora de crimes ser constitucional perante uma das Constituições que garante amplamente os direitos humanos a todos os nacionais.

Ensina o ilustre hermeneuta Carlos Maximiliano: Relativamente ao elemento histórico propriamente dito, há dois extremos perigosos: o excessivo apreço e o completo repúdio.

- a) Nem sempre basta olhar para trás, para descobrir a verdade. A massa dos fenômenos cresce dia a dia; de sorte que muitos existem sem equivalente nos tempos pretéritos e prevalecem outros cujas mutações contínuas atingiram um grau tal que se tornou difícilimo reconhecer as raízes múltiplas de todo definitivo. Cumpre não se aferrar em demasia ao passado o hermeneuta, não insistir muito em interpretar o Direito moderno pelo antigo, expresso em leis, jurisprudência e livros de doutrina ou de prática. Às vezes não foram mantidas as regras todas (pelo menos com o mesmo espírito e igual extensão); podem também os novos institutos ser incompatíveis com os anteriores e, portanto, não ter com estes ligação alguma; talvez o conhecimento de outras disposições valha apenas pelo contraste, sirva para verificar o quanto se mudou de orientação jurídica relativamente ao assunto.
- b) Do repúdio sistemático do passado, resulta, por sua vez, um grande mal: o salto nas trevas, o excesso de modernismo, abandono da tradição compatível, pelo menos até certo tempo, com as normas em vigor. A consequência lógica de tal processo há de ser introduzir, à força, nos textos um espírito ou sentido que aos mesmos é estranho. Sai errada a exegese; protege-se o aforismo romano – *sed et posteriores leges ad priores pertinent, nisi contrarioe sint*: “as leis posteriores, desde que não sejam contrárias às anteriores, fazem parte destas, cujas prescrições ratificam, esclarecer ou completam.” (MAXIMILIANO, 2008, p. 114-115).

No voto-vista do ministro Eros Grau, que recortou texto da inicial, que provoca a afronta a preceito fundamental contido nos princípios democrático e republicano, diz: “os que cometeram crimes comuns contra opositores políticos, durante o regime militar, exerciam funções públicas e eram, por conseguinte, remunerados com recursos também públicos, isto é, dinheiro do povo”. Daí é retirada a seguinte conclusão: “Nestas condições, a interpretação questionada da Lei nº 6.683 **representa clara e direta ofensa ao princípio democrático e ao princípio republicano, que embasam toda a nossa organização política**” (negritos no original) (ADPF 153, 2010, p.19).

Mais, diz a inicial que a lei foi votada pelo Congresso Nacional **“na época em que os seus membros eram eleitos sob o placet dos comandantes militares”** – aí alusão a senadores escolhidos por ela, a lei, **“foi sancionada por um chefe de Estado que era General do Exército e fora guindado a essa posição, não pelo povo, mas por seus companheiros de farda”** (negritos no original) (ADPF 153, 2010, p.19).

Em consequência, “o mencionado diploma legal, para produzir o efetivo de anistia de **agentes públicos que cometeram crimes contra o povo**, deveria ser legitimado, após a entrada em vigor da atual Constituição, pelo órgão legislativo oriundo de eleições livres, ou então diretamente pelo povo soberano, mediante referendo (Constituição Federal, art. 14). O que não ocorreu” (negritos no original) (ADPF 153, 2010, p.19).

A discussão do julgado se centraliza na interpretação do artigo 1º, e §1º, da Lei de Anistia, que segundo o autor da ADPF: “foi redigido intencionalmente de forma obscura, a fim de incluir sub-repticamente, no âmbito da anistia criminal, os agentes públicos que comandaram e executaram crimes comuns contra os opositores políticos ao regime militar” (ADPF 153, 2010, p. 100).

O autor da ação pretende, em síntese, que a Suprema Corte interprete o referido dispositivo legal “à luz dos preceitos e princípio fundamentais consagrados na Constituição Federal”, visto que a “interpretação corrente, nos pretórios e fora deles, ofende frontalmente” o que neles se contém (ADPF 153, 2010, p.100).

Segundo o autor da ação não poderia ter havido, do ponto de vista técnico-jurídico, conexão “entre crimes políticos cometidos contra opositores do regime militar e os crimes comuns contra eles praticados pelos agentes da repressão e mandantes no governo”. Discute-se a respeito da conexão que no campo do direito penal substantivo, revela a comunhão de propósitos e objetivos na prática de ilícitos distintos, quando o agente é uma só em concurso material ou formal de delitos, mas já na seara do direito penal adjetivo, só é possível na hipótese em que os agentes atuam uns contra os outros, para efeito de unificação de competência jurisdicional, regra meramente processual (ADPF 153, 2010, p.100-101).

O Ministro Ricardo Lewandowski baseado no julgado do RHC 59.834, julgado pela egrégia Segunda Turma, em que se discutiu a conexão entre o crime de

deserção e certos delitos políticos, cobertos pela anistia, no voto divergente do Ministro Cordeiro Guerra, amparado na doutrina francesa, que a conexão entre delitos de natureza diferente somente fica evidenciada se uns forem empregados como meios para a consecução de outros. E cumpre verificar se os crimes cometidos foram de fato políticos ou de motivação política, ou ainda se comuns, foram de alguma forma absorvidos por estes últimos (ADPF 153, 2010, p.114-115).

Continuando do Ministro Ricardo Lewandowski, citando o voto do Ministro Gilmar Mendes, no caso Battisti, em seu voto-vista, anotou o seguinte:

“Existem na doutrina, também, as denominadas correntes objetivas e subjetivas quanto à definição do crime político. Por um lado, a corrente objetiva, baseando-se no bem jurídico protegido, defende que o crime político seria aquele praticado contra a ordem política estatal; por outro lado, a corrente subjetiva, fundada na intenção ou motivação do delinquente, afirma que são políticos os crimes praticados com finalidade política, com a intenção de modificação do regime político (móvel do agente). Na grande parte das vezes ambos os sistemas acabam se conjugando (Cfr.: FRAGA, Mirtô. O novo Estatuto do Estrangeiro comentado. Rio de Janeiro: Forense; 1985, p.302), constituindo a denominada teoria mista ou eclética (ADPF 153, 2010, p.122).

Divergem, também, as teses quanto à distinção entre delitos comuns e políticos. Talvez essa distinção seja uma das questões mais tormentosas no tocante à aplicação do princípio de não extradição por crime político. A possibilidade da coexistência das duas infrações – uma política e outra comum – levou a doutrina a criar as categorias dos delitos conexos e dos delitos complexos. Os primeiros seriam aqueles em que seria possível verificar a concomitância dos dois delitos (político e comum), unidos por conexidade. Os segundos, por seu turno, seriam aquelas infrações em que, apesar de atingirem, simultaneamente, a ordem política e o direito comum, constituem ato único e inseparável em seus elementos (ADPF 153, 2010, p.122).

Alguns autores, rechaçando essa distinção, tratam do tema por meio dos conceitos de delitos puramente políticos ou delitos políticos puros, cujo aspecto político é extreme de dúvidas, e os delitos relativamente políticos ou delitos políticos relativos, também conhecidos como delitos mistos, nos quais é possível identificar, concomitantemente, aspectos políticos e de direito comum (Cfr.: RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. A extradição no direito internacional e no direito brasileiro. 3ª Ed. São Paulo: RT; 1981, p.90).” (ADPF 153, 2010, p.122-123).

“A aplicação do sistema da preponderância busca suas origens na jurisprudência do Tribunal Federal Suíço, que em três elementos principais condicionou, historicamente, a caracterização da predominância do caráter político do fato criminoso, conforme (...) demonstrou o Ministro Moreira Alves: a) a finalidade de atentar contra a organização política e social do Estado; b) a clara relação entre o ato e a finalidade de modificar a organização política e social do Estado; e c) o caráter do delito, cuja eventual atrocidade – elemento de direito comum – é capaz de afastar o enquadramento como crime político, ainda que presente o fim de atentar contra o Estado.” (ADPF 153, 2010, p.124).

Em debate entre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Ricardo Lewandowski esclareceu em resumo o seu voto: “Eu estou dizendo que, segundo o que eu entendo, esse automatismo não existe, que será possível abertura de uma eventual persecução penal contra esses agentes se o juiz ou o tribunal, numa ponderação feita caso a caso, chegarem à conclusão, pelos critérios de preponderância e atrocidade dos meios, segundo a qual, uma determinada situação preponderaram os crimes comuns.” (ADPF 153, 2010, p.132).

No voto do Ministro Ayres Britto, esclarece seu entendimento a respeito da Lei de Anistia a outros fundamentos: “Quero fazer uma distinção. As Forças Armadas tomaram o poder político no Brasil a 31 de março de 1964, mas o fizeram às claras, abertamente, à luz do dia, dizendo para o que vieram. Entendiam que o regime democrático brasileiro estava sob ameaça e que se urdia, em torno do então Presidente da República, um plano de tomada comunista do poder para implantar aqui uma república sindicalista ou coisa que o valha. Claro que muitos de nós não concordamos com isso, e eu faço parte dos que veem nesse diagnóstico um equívoco histórico. Mas o fato é que as Forças Armadas não se fizeram de rogadas e disseram com que propósito estavam tomando o poder pela força. Mas como as Forças Armadas têm por definição um compromisso com a lei – sobretudo a partir de 1946, a redação do texto constitucional é claríssima: “As Forças Armadas se destinam à garantia da pátria, da lei e da ordem” -, elas têm no seu imaginário a lei como condição de hierarquia e disciplina. As Forças Armadas não sabem trabalhar – e fazem muito bem pensado assim – sem a ideia da lei a parametrar o seu comportamento. O que fizeram as Forças Armadas? Instituíram uma ordem jurídica com base em atos institucionais e complementares. Claro, uma ordem jurídica autoritária ou não democrática. Mas ainda assim uma ordem jurídica. Sabia-se com previedade quais as regras do jogo coletivo. Essas pessoas de quem estamos a tratar – torturadores *et caterva* – desobedeceram não só a legalidade democrática de 1946, como à própria legalidade autoritária do regime militar. Pessoas que transitaram à margem de qualquer ideia de lei, desonrando as próprias Forças Armadas, que não compactuavam nas suas leis com atos de selvageria, porque o torturador não é um ideólogo. Ele não elabora mentalmente qualquer teoria ou filosofia política. Ele não comete nenhum crime de opinião, ele não comete nenhum crime político, já que o crime político – disse bem o Ministro Lewandowski –

pressupõe um combate ilegal à estrutura política desse Estado, sendo, portanto, um crime de feição político-social. O torturador não comete crime político, não comete crime de opinião, reitere-se o juízo. O torturador é um monstro, é um desnaturado, é um tarado. O torturador é aquele que experimenta o mais intenso dos prazeres diante do mais intenso dos sofrimentos alheios, perpetrados por ele próprio. É uma espécie de cascavel de ferocidade tal que morde até o som dos próprios chocalhos. Não se pode ter condescendência com ele. Mas, convenhamos, a Lei da Anistia podia, por deliberação do Congresso Nacional, anistiar os torturadores. Digamos que sim, mas que o fizesse claramente sem tergiversação. E não é isso o que eu consigo enxergar na Lei de Anistia.” (ADPF 153, 2010, p.139-140).

Em seu voto o Ministro Celso de Mello foi o primeiro a dispor e reconhecer que o Brasil é subscrito em várias convenções de direitos humanos no plano externo, e reafirmando nos enumerados artigos da Constituição Federal que descrevem os princípios fundamentais da nova ordem jurídica, que são:

- “(a) a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, n. III);
- (b) a prevalência dos direitos humanos (artigo 4º, n. II);
- (c) o repúdio à tortura ou a qualquer outro tratamento desumano ou degradante (artigo 5º, n. III);
- (d) a punibilidade de qualquer comportamento atentatório aos direitos e liberdades fundamentais (artigo 5º, n. XLI);
- (e) a inafiançabilidade e a impossibilidade de concessão de graça ou anistia ao crime de tortura (artigo 5º, n. XLIII);
- (f) a proscrição de penas cruéis (artigo 5º, n. XLVII);
- (g) a intangibilidade física e a incolumidade moral de pessoas sujeitas à custódia do Estado (Artigo 5º, n. XLIX);
- (h) a decretabilidade de intervenção federal, por desrespeito aos direito da pessoa humana, nos Estados-membros e no Distrito Federal (artigo 34, n. VII, b);
- (i) a impossibilidade de revisão constitucional que objetive a supressão do regime formal e material das liberdades públicas (artigo 60, § 4º, n. IV).” (ADPF 153, 2010, p.165-166).

Na declaração em que põe o ilustre ministro, os artigos se sustentam como predeterminantes da impossibilidade de haver compatibilidade com a atual Constituição que organiza e dispõe sobre várias matérias inclusive as de direitos humanos e garantias constitucionais a qualquer cidadão.

E continua o Ministro Celso de Mello em sua explanação: “Antes, porém, Senhor Presidente, que se operasse a redemocratização do Estado brasileiro, conquistada com a promulgação da Constituição de 1988, a luta pela reconstrução da ordem jurídico-democrática impunha, no momento histórico em que ela se processou, fossem rompidos os círculos de imunidade que resguardavam o poder autocrático depositado nas mãos dos curadores do regime e reclamava fossem superados os limites impeditivos da restauração dos direitos e das liberdades atingidos por atos revolucionários fundados na legislação excepcional então vigente.” (ADPF 153, 2010, p. 166).

Assim o sistema político-institucional necessitava de neutralização organizacional, que se identificou o início do processo de redemocratização do Estado brasileiro, em 1978, a partir da Emenda Constitucional nº 11, cujo artigo 3º assim dispõe: “**Art. 3º. São revogados** os Atos Institucionais e Complementares, **no que contrariem** a Constituição Federal, ressalvados os efeitos dos atos praticados com base neles, os quais estão excluídos de apreciação judicial.” (grifado no original) (ADPF 153, 2010, p.166).

“É nesse particular contexto histórico que surge, em 28 de agosto de 1979, a Lei nº 6.683, que concedeu anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02/09/61 e 15/08/79, “cometeram crimes políticos ou conexos com estes”, sendo relevante assinalar que, para efeito dessa medida excepcional fundada na indulgência soberana do Estado, o diploma legislativo em questão, mediante interpretação autêntica, considerou conexos “os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (Lei nº 6.683/79, art. 1º, §1º). (ADPF 153, 2010, p. 169).

Ao tempo da publicação da norma, aconteceram discussões a respeito da sua incidência e o alcance da norma, se aplicava somente a crimes políticos, ou também a crimes comuns. O Ministro Celso de Mello em seu voto demonstrou vários posicionamentos, inclusive que o poder de anistiar crimes era de iniciativa reservada do Presidente da República. E citou a observação Pontes de Miranda (“Comentários à Constituição de 1967 com a Emenda nº 1 de 1969”, tomo III/168-169, item n. 9, 2ª ed., 1970, RT): “**ANISTIA RELATIVA A CRIMES POLÍTICOS. – Só** o Presidente da

República pode propor a anistia **concernente** a crimes políticos. **Mas**, para isso, **precisa** de parecer do Conselho de Segurança Nacional. **Qualquer outra espécie** de crime **escapa** à regra jurídica do art. 57, VI.” **(grifado)** (ADPF 153, 2010, p.171).

Havia ao Congresso Nacional a faculdade de estender a anistia aos crimes comuns, embora estejam pré-excluídos, hoje, do âmbito de incidência das leis concessivas de anistia, os crimes comuns a que se refere o inciso XLIII do art. 5º da vigente Constituição (ADPF 153, 2010, p. 173).

“**Isso significa** que se revestiu **de plena** legitimidade jurídico-constitucional **a opção legislativa** do Congresso Nacional que, **apoiando-se** em razões políticas, **culminou por abranger**, com a outorga da anistia, **não só** os delitos políticos, **mas, também, os crimes** a estes conexos **e**, ainda, **aqueles** que igualmente considerados conexos, **estavam relacionados** a atos de delinquência política **ou** cuja prática **decorreu** de motivação política.”(grifado) (ADPF 153, 2010, p.173).

Pelo voto do Ministro Cezar Peluso, a norma seguiu legalmente os trâmites para sua composição, mesmo sendo à época da ditadura militar. Por isso, a norma estaria totalmente válida para ser aplicada, o mesmo entende a ministra Cármen Lúcia (ADPF 153, 2010, p.92 e 70).

Cabe enfim a pergunta, em que se resume o julgamento do Supremo Tribunal Federal? Cabem nas palavras da Ministra Carmem Lúcia em seu voto na ADPF 153: “Nem sempre as leis são justas, embora sejam criadas para que o sejam.” (ADPF 153, 2010, p.92).

E continua mais abaixo em seu voto a manifestação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Instituto dos Advogados Brasileiros ao Senador Luiz Vianna Filho, no sentido de ser favorável a uma “anistia, geral e irrestrita” que significaria “esquecer o passado e viver o presente, com vistas ao futuro” (ADPF 153, 2010, p.96).

Felizmente o desejo destes que insistem em acobertar e anular esta parte da história do Brasil não se concretizou, hoje por meio da Secretaria de Direitos Humanos criada no governo Lula, organiza a Comissão da Verdade, que representa um pontinho inicial na política de transição, nos trazendo um pouco do que se passou nos tempos ditatoriais.

Mas a intenção da Ordem dos Advogados do Brasil na proposição da ADPF 153, não logrou êxito em seu pedido de que a Lei de Anistia não

acompanhasse a atual constituição em relação a novos preceitos e princípios fundamentais, e que fosse enfim interpretada a norma a despeito da Constituição Federal de 1988. Inclusive que o artigo 1º, inciso 1º, não se aplicaria aos crimes comuns, em exemplo a tortura, estupro e assassinato (ADPF 153, 2010, p.215-216).

Na maioria dos Ministros o entendimento foi da aplicabilidade da Lei de Anistia a crimes comuns foi quase unânime de que a cada caso que fosse julgado o juiz natural faria a análise do caso e do crime cometido para assim ponderar se cabe ao caso a incidência da anistia.

No voto do Ministro Gilmar Mendes ele trás as palavras do Ministro Ricardo Lewandowski em entrevista dada à revista Carta Maior, que relata ao tempo da edição da lei da anistia: “(...) é por que a minha convicção jurídica continua a mesma do parecer apresentado à Ordem, em 1979: não obstante toda nossa repulsa à tortura estatal, os torturadores foram, sim, anistiados pela lei de 1979. E lei de anistia é essencialmente irreversível, porque implica, na lição dos mestres, tornar não criminosos atos criminosos ao tempo de sua prática. E, por isso, sua eficácia jurídica se exaure e se faz definitiva, no momento mesmo em que entra em vigor.” (ADPF 153, 2010, p.248).

E continua Lewandowski: “É certo que a anistia se restringe a elidir caracterização penal do fato. Resta íntegra, quando se refere à ação de agentes públicos, a responsabilidade patrimonial do Estado pelos danos causados aos cidadãos. Mas essa, a responsabilidade civil – cujos efeitos a prescrição quinquenal poderia extinguir – as leis editadas sob o governo Fernando Henrique reassumiu.” (ADPF 153, 2010, p.248).

Daí que, “uma vez concedida, não pode ser revogada”. Mesmo a imposição de condições deve se esgotar e consumir-se na anistia, “porque então já o próprio crime cessou de existir e nada pode ser admitido, do ponto de vista penal, que venha recordá-lo. (BRUNO, Aníbal. Direito Penal. Tomo 3º. 3ª ed. Forense: São Paulo, p. 203-204).” (ADPF 153, 2010, p.250).

Dado importante no voto de Gilmar Mendes descreve em seu texto: “Frise-se que este contexto especialmente amplo acabou por ser demonstrado pelos próprios valores empregados na reparação dos anistiados. Com efeito, segundo dados do SIAFI, de 2003 a 2010, a União gastou mais de 2,8 bilhões de reais em

indenizações e pensões aos anistiados. Este valor coloca, provavelmente, o Brasil entre as nações que mais reparações ofereceram a anistiados políticos.” (ADPF 153, 2010, p.250).

Mas o que se pode inferir do voto do Ministro Gilmar Mendes é que pelo fato de ter havido um acordo institucional na época e que até a feitura da Constituição Cidadã, que representou transição constitucional, houve consideração na anistia de crimes cometidos ao tempo da ditadura militar para que a paz pudesse ser restabelecida novamente no país.

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental número 153, foi julgada por maioria improcedente a arguição, nos termos do voto do relator (ADPF 153, 2010, p.265-266).

Em resumo ao entendimento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal os familiares que tiverem a intenção de interpor ação penal contra crime cometido à época, além de estar o crime prescrito por decurso do tempo. O crime está anistiado validamente pela Lei de Anistia 6.683/1979, não podendo ter êxito o seu pedido de apenar ao responsável.

Quando os julgadores desse país darão importância à legislação de direitos humanos, que dá ao próprio ser amplitude de direitos? Disseram os Ministros da Suprema Corte, a Lei de Anistia deveria ter sido julgada ao tempo de sua publicação, mas como isso poderia acontecer, se eles próprios podem entender melhor, como tudo acontecia à época porque a viveram. Por mais que a norma representasse a abertura estatal, e certa liberdade à população brasileira, por muitos anos ainda estiveram no poder os mesmos militares. Como poderia uma ação impugnatória da Lei de Anistia vingar nestes tempos?

Se nem mesmo nos tempos de hoje, de amplas garantias constitucionais, de amplos direitos, da possibilidade de reclamações até mesmo contra o seu próprio Estado nação que não garanta qualquer direito humano possa ser apenado em Tribunal Internacional, não é válido o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, não se deve julgar o mérito, são inúmeros os entraves. Mesmo agora a população brasileira não pode ter um julgamento de mérito porque é tarde demais. Mas às Convenções e Tratados internacionais e seus tribunais em seus planos, contra os crimes de lesa-humanidade nunca é tarde demais.

A pouco no Tribunal de Justiça de São Paulo foi confirmada a sentença da 23ª Vara Cível de Central por meio da negativa do recurso do réu, assim mantendo os efeitos declaratórios de que o Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra foi responsável por torturas ocorridas durante a ditadura militar. Que representou de certa forma um julgamento político, uma dentre os autores da ação, Maria Amélia de Almeida Teles revelou: “É uma ação de efeito político, que vai trazer reconhecimento de que um coronel do Exército, na época major, era torturador” (G1, 2012, p.1-2).

O Supremo Tribunal Federal, mais uma vez, ignora toda a legislação internacional defensora de direitos humanos que o Brasil é signatário. Assim, não resta opção, aos casos que nem mesmo a família dos mortos pôde ter um julgamento justo, que não houve investigação dos criminosos, outros nem acesso a qualquer tipo de reclamação. Agora está declarado, façam-na a Comissão e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que os dois assuntos, tortura e anistia, se cruzam na realidade dos fatos, um representando um crime apenado, repudiado internacionalmente e o outro, um instrumento de perdão de crimes cometidos a um determinado lapso de tempo.

Na época da ditadura militar pode-se relacionar com mais facilidade deste encontro entre os dois institutos, por isso se motiva o recorte histórico feito, inclusive a delimitação ao tempo dos Atos Institucionais que deixam claras as intenções de controle máximo sob a vida de todos da população, e a legalização no cometimento de crimes para a manutenção da segurança nacional.

Dentre os acontecimentos pôde-se inferir a influência representada na legislação brasileira. Com entendimentos de historiadores, juristas e estudiosos em geral destes tempos ditatoriais.

Assim, refletiu o estudo, a necessidade da exploração do entendimento da Corte e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos a respeito das Leis de Anistia, de crimes cometidos por agentes do próprio Estado, violando garantias mínimas ao indivíduo e ainda impedindo que se tenha um julgamento justo e imparcial.

Neste ponto pode-se inferir que o Judiciário brasileiro muito tem a aprender com normas internacionais de direitos humanos e as tendências das decisões dos tribunais internacionais.

O estudo não sugere que normas asseguradoras de segurança jurídica sejam deixadas de lado, como a prescrição. Na verdade, demonstra que a anistia de crimes graves não é uma solução para erros estatais, não se apaga o que aconteceu na história e muito menos na mente de quem sofreu por resistir à violência compelida.

A anistia é um remédio muito amargo dado à população. Deixar de penalizar quem cometeu um crime grave, hoje comparado a hediondo, em nome do próprio povo, em nome de sua segurança, e com a conta paga por eles, não parece ser uma medida razoável.

Por esse motivo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ciente do significado destes comportamentos, não deixa de condená-los, pois representam violações a inúmeros direitos humanos.

O Brasil pelo julgamento da Arguição de Preceito Fundamental nº 153, trouxe a validade e constitucionalidade da lei 6.683/1979, anistiando, dentre outros, torturadores, homicidas e sequestradores.

Teve-se a Lei de Anistia intocável, porque nem mesmo o Supremo Tribunal Federal se considera competente para julgá-la, pelo fato de muito tempo ter se passado, e por ter sido um acordo político.

A conclusão desta pesquisa traz a reflexão sobre o tema, e revela que ainda se tem muito a saber, conhecer e aprender com estes acontecimentos. Resta a esperança de que, discernindo os erros de ontem, não os repetimos amanhã.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

BARBOSA, Marco Antonio. **Aspectos relativos aos Direitos Humanos e suas violações, da década de 1950 à atual e processo de redemocratização**. Presidência da República, Tortura/Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.), Secretaria de Direitos Humanos: Brasil, 2010.

BAUER, Caroline Silveira. Mortos sem sepultura. **Revista História Viva**, ano IX, n. 102, abr. 2012.

BICUDO, Hélio. Anistia desvirtuada. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, IBCCRIM, Editora Revista dos Tribunais, v. 13, n. 53, São Paulo, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Tortura/Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.)**. 1. ed. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Preceito Fundamental nº 153, Pleno, Brasília, DF, julgamento no dia 29 de Abril de 2010. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960> Acesso em: 17 Jul 2012.

BITTENCOURT, Circe (Org.). **Dicionário de datas da História do Brasil**. Texto Anistia de Marcos Napolitano. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

BORGES, Nilson. **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Artigo, A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. Organização Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: Propagando política no Varguismo e no Peronismo. Série textos do tempo. Campinas: Editora Papirus, 1998. Disponível em: HTTP: www.historia.uff.br/tempo/resenhas/res9-1.pdf. Acesso em: 26 de Abr. 2012.

CARDOSO, Gustavo Vitorino. O Direito Comparado na jurisdição constitucional. **Revista Direito GV**, vol. 6, nº 2, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1808-24322010000200006>. Acesso em: 25 Abr. 2012.

CASTRO, João Bosco Marcial. Crimes políticos e conexos. Anistia. **Revista Jurídica Consulex**, ano XIII, n. 288, 15 Jan. 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Tortura no Direito Internacional**. Presidência da República, Tortura/Coordenação Geral de Combate à Tortura (Org.). Secretaria de Direitos Humanos: Brasil, 2010.

CONCI, Luiz Guilherme; DONNINI, Thiago Lopes Ferraz. **Convencionalidade das leis de anistia: Impacto das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos nos ordenamentos nacionais e responsabilidade dos Estados Partes**. Publicada na Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, Ano 14, n. 16, São Bernardo do Campo: A Faculdade, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERRAZ, Lucas. **Brasil é denunciado na OEA por acaso Vladimir Herzog**. Folha de São Paulo, 29 de março de 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1069003-brasil-e-denunciado-na-oea-por-caso-vladimir-herzog.shtml> Acesso em: 02 de Julho de 2012.

G1, São Paulo. **Justiça de SP mantém sentença que aponta Ustra como torturador**. Notícia publicada e acessada no dia 14 de agosto de 2012. Disponível em : <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/08/justica-de-sp-mantem-sentenca-que-aponta-ustra-como-torturador.html>

HITTERS, Juan Carlos. **Control de Constitucionalidad y Control de Convencionalidad. Comparación. (Criterios fijados por la Corte Interamericana de Derechos Humanos)**. Centro de Estudios Constitucionales de Chile, Universidad de Talca, año 7, nº 2, p. 109-128, 2009. Disponível em: http://www.cecococh.cl/docs/pdf/revista_ano7-2-2009/estudios4.pdf Acesso em: 25 Jun. 2012.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2008, 19ª edição.

MEZAROBBA, Glenda. **No Brasil, indenização a vítimas tenta substituir punição a torturadores**. Entrevista à cientista política, publicada em 28 de outubro de 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1283173-5601,00-NO+BRASIL+INDENIZACAO+A+VITIMAS+TENTA+SUBSTITUIR+PUNICAO+A+TO RTURADORES.html> Acesso em: 30 Mai. 2012.

MEZAROBBA, Glenda. **Lei da Anistia e Comissão da Verdade**. Observador Político, 2011. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kSopQkpD5LY> Acesso em: 03 Jun. 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 11ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

PIOVESAN, Flávia. **Memória, Verdade e Justiça**. Publicado na Revista Teoria e Debate, v. 23, n. 87, março/ abril 2010.

REALE JÚNIOR, Miguel. **'Anistia de mão dupla foi o preço da volta à democracia'**. Entrevista com Miguel Reale Júnior. Instituto Humanitas Unisinos, 19 de março de 2012, Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/507598-anistia-de-mao-dupla-foi-o-preco-da-volta-a-democracia> Acesso em 02 de Julho de 2012.

QUADRAT, Samantha Viz. **Memória, Direitos Humanos e Política Argentina Contemporânea**. X Encontro Regional de História ANPUH-RJ. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:

<http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/.../Quadrat%20Samantha%20V.doc>. Acesso em: 12 Abr. 2012.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. Publicação do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV: **Revista Estudos Históricos**, v. 23, n. 45, 2010. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/2914>. Acesso em: 10 Abr. 2012.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Dicionário de Direito Humanos: Justiça de transição**. Publicação no dia 07 de Abril de 2010, no site Dicionário de Direitos Humanos. Disponível em:

<http://www.esmpu.gov.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>

TIMM, Paulo. **Uma breve História da Anistia – Uma homenagem aos que por ela lutaram**. Publicação no dia 28 de 2009, no site Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. Disponível em:

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5377&Itemid=1 Acesso em: 30 Mai. 2012.

WEICHERT, Marlon Alberto. **Crimes contra a humanidade perpetrados no Brasil. Lei de Anistia e prescrição penal**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, IBCCRIM, v. 16, n.74, Editora Revista dos Tribunais, São Paulo: 2008.

ANEXO A – Lei de Anistia, 6.683/1979.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares [\(vetado\)](#).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

Art. 2º [\(Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002\)](#)

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º - Os requerimentos serão processados e instituídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los.

§ 2º - O despacho decisório será proferido nos cento e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º - No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o Militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º - O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbabilidade do servidor.

§ 5º - [\(Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002\)](#)

Arts. 4º e 5º [\(Revogados pela Lei nº 10.559, de 2002\)](#)

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministro Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano

§ 1º - Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º - O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerente e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º - Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º - Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º A conhecida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em grave ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, haja sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º Os anistiados, em relação as infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Os servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15.Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 28.8.1979

Texto extraído do site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683compilada.htm
Acesso em 20 de Agosto de 2012.